

A ASCENSÃO DA DEMOCRACIA ILIBERAL E SEUS REFLEXOS NO DIREITO FUNDAMENTAL À EDUCAÇÃO

OLIVEIRA, Fernanda
Fabiana Fuentes Bruzzone.

DE PAIVA, João Lucas
Semensato Cardoso.

GONÇALVES, Ygor
Expedito.

Resumo: A presente pesquisa visa correlacionar uma possível ascensão de um regime democrático iliberal em nosso país através da eleição do governo Bolsonaro com a intensificação de um projeto de sucateamento educacional.

1. DEMOCRACIA ILIBERAL ENQUANTO DEMOCRACIA SEM DIREITOS

1.1 O mito da estabilidade da democracia liberal

A democracia liberal demonstrou-se como o principal e mais estável sistema político das últimas décadas. Porém, recentemente, nota-se que a democracia liberal passa por uma crise sem precedentes que, segundo Mounk (2019, p. 21), originou dois sistemas políticos disformes e opostos entre si, que visam ocupar o lugar que a democracia liberal ocupou durante todos esses anos. De um lado, tem-se o liberalismo antidemocrático, no qual a concentração de poder nas mãos de Instituições não representativas acaba por dirimir a participação popular no poder político. Do outro lado, tem-se a democracia iliberal, objeto de estudos desta pesquisa, que se associa ao populismo e representa um ataque às instituições liberais visando a implementação de uma democracia teoricamente direta, fundamentada na tirania da maioria.

Para facilitar o entendimento dos argumentos que serão aqui expostos e evitar interpretações dissonantes do propósito da pesquisa, cabe primeiramente definirmos o que seria democracia, o que seria liberalismo e qual a relação existente entre esses dois termos.

Democracia, em conformidade com a visão de Mounk, será aqui tratada como um conjunto de instituições eleitorais formadas através de eleições livres e justas e que traduzem a opinião popular em políticas públicas. A democracia é gradativa, ou seja, um determinado regime político poderá ser mais ou menos democrático dependendo da efetividade e intensidade da aplicação da opinião popular na política estatal.

Já o liberalismo, também utilizando como base os termos de Mounk, será definido como uma corrente política que defende a liberdade de expressão, a proteção de direitos individuais, principalmente dos mais vulneráveis, ou seja, as minorias qualitativas, e a separação de poderes. Nota-se que a definição a ser aqui utilizada não possui nenhuma relação com o liberalismo econômico.

Justamente devido à estabilidade experienciada até recentemente pela democracia liberal, tais termos criaram entre si uma relação de extrema proximidade, sendo que é até mesmo comum confundir democracia com liberalismo e vice-versa, o que é explicado por Mounk:

Mesmo assim, a maioria dos cientistas políticos há muito considera o liberalismo e a democracia como complementares. Embora reconhecessem que os direitos individuais e a vontade popular nem sempre andam juntos, eles se aferravam à crença de que era esse o seu destino. Nos casos em que liberalismo e a democracia caminhavam lado a lado, assim se diz, eles foram um amálgama particularmente estável, resiliente e coerente. (MOUNK, 2019, p. 29).

Todavia, com a atual crise vivida pela democracia liberal, fica claro que a relação entre democracia e liberalismo nem sempre é de complementaridade, sendo que às vezes tais termos podem entrar em choque entre si, sendo esta premissa justamente a responsável pelo surgimento do liberalismo antidemocrático e da democracia iliberal.

A crise da democracia liberal, segundo Mounk (2019, p. 31) se manifestou principalmente devido a três fatores que serviram de base para o desenvolvimento democrático, mas que atualmente não existem mais.

Entre elas, destaca-se o rápido e progressivo processo de melhora do padrão de vida experienciado até as últimas décadas do século XX, o que alimentou uma maior confiança da população nas decisões dos políticos eleitos.

Sendo assim, as crises e recessos econômicos vividos principalmente a partir dos anos 90 (Mounk, 2019, p. 35) podem guardar uma íntima relação de causalidade

com a crise da democracia liberal que vivenciamos neste momento.

A frustração da população ao ver o padrão de vida médio estagnar ou até mesmo retroceder gera um sentimento de desconfiança em relação à máquina pública. Este sentimento pode, então, ser utilizado como combustível para impulsionar a ascensão de ideais antidemocráticos e/ou a (Mounk, 2019, p. 37).

No caso brasileiro, pode-se destacar a crise econômica que abateu o país principalmente a partir de 2013, ano este que foi palco de movimentos extremamente relevantes para a história que veio a se desenrolar, destacando-se as Jornadas de Junho, que serão melhor detalhadas logo mais (Machado, 2019, p. 24).

Sendo assim, a recessão econômica pode ser um dos motivos que levaram a população brasileira à guinada à direita de forma brusca, inicialmente através do processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, e posteriormente com a emblemática vitória eleitoral do presidente Jair Messias Bolsonaro, sendo este último acontecimento o que obviamente retrata um cenário de democracia iliberal em nosso país, conforme veremos a seguir.

1.2 Democracia iliberal: definição e características

O autor Yascha Mounk define democracia iliberal da seguinte forma:

[...] democracias podem ser iliberais. Isso tende a acontecer particularmente em lugares onde a maioria opta por subordinar as instituições independentes aos caprichos do executivo ou por restringir direitos das minorias que a desagradam (MOUNK, 2019, p. 45).

Tal sistema político possui uma inerente relação com o populismo, sendo este definido por Mounk (2019, p. 10) como uma reivindicação exclusiva da representação popular, ou seja, um populista é aquele que propaga a ideia de ser o único capaz de entender a vontade do povo e representá-la de forma fiel.

Dessa forma, líderes populistas encabeçam a ascensão da democracia iliberal ao redor do globo nos tempos atuais, uma vez que se empenham em deslegitimar qualquer fonte de poder que não seja sua própria figura, num empenho de alcançar uma forma peculiar de despotismo aparentemente democrático, no qual somente a visão do líder importa, justamente por ser, pelo menos em teoria, a expressão mais genuína da vontade da maioria.

Neste sentido, o autor discorre:

[...] na imaginação dos populistas a vontade do povo não precisa ser mediada, e qualquer compromisso com as minorias é uma forma de corrupção” (MOUNK, 2019, p. 23).

Importante destacar também o viés autoritário que tais líderes geralmente possuem, como é o caso do próprio presidente Jair Messias Bolsonaro e sua exaltação da ditadura militar brasileira (AVEDAÑO, 2018).

Como características gerais desses líderes iliberais, além de sua íntima relação com o populismo e os flertes com o autoritarismo, cita-se também a simplicidade na abordagem política e a constante atribuição de culpa a terceiros (MOUNK, 2019, p. 22).

Nesse sentido:

Donald Trump nos Estados Unidos, Nigel Farage na Grã-Bretanha, Frauke Petry na Alemanha e Marine Le Pen na França afirmam todos que as soluções para os problemas mais prementes de nosso tempo são bem mais simples do que o establishment político quer nos fazer crer e que a grande massa de pessoas comuns instintivamente sabe o que fazer. No fundo, eles veem a política como um assunto muito simples. Se a voz pura do povo prevalecesse, os motivos para o descontentamento popular rapidamente desapareceriam. (MOUNK, 2019, p. 22).

Sendo assim, a persistência de problemas que em teoria seriam simples de serem resolvidos é atribuída então a terceiros, sendo esses em grande maioria rivais políticos internos ou externos. No caso estadunidense, por exemplo, fica nítido a transferência de culpa que Trump realizava tendo a China como alvo principal, além dos imigrantes latinos e muçulmanos.

Além disso, as respostas simples fornecidas pelos populistas se revelam ineficazes para a resolução das demandas complexas da sociedade, o que, a contrassenso, não tende a fragilizar a figura política desses líderes, muito pelo contrário. O que se vê, segundo Mounk (2019, p. 58) é que a insatisfação adicional ocasionada pela falta de resultados do governo populista é canalizada também para os “inimigos” do governo, como as instituições liberais. No fim, o sistema democrático iliberal se alimenta de seu próprio fracasso, com a população cada vez mais anuindo com a concentração de poder nas mãos do líder populista (MOUNK, 2019, p. 58).

O que se tem então é o surgimento de um novo tipo de democracia que

rompe vínculos com os princípios liberais básicos, e por isso é denominada iliberal ou hierárquica. Esse novo modelo permite “a líderes popularmente eleitos cumprir a vontade do povo tal como a interpretam, sem ter de fazer concessões aos direitos ou interesses de minorias obstinadas” (MOUNK, 2019, p. 26).

Porém, o próprio viés democrático desse populismo não demonstra ser duradouro, uma vez que, nas palavras de Mounk:

Embora haja um elemento genuinamente democrático no populismo, ele também é, no longo prazo, muito mais desfavorável à vontade popular do que alegam seus defensores. Como sabe muito bem quem quer que já tenha estudado a Turquia, a Rússia ou a Venezuela, a ascensão dos déspotas liberais pode muitas vezes ser o prelúdio de um governo autocrático: depois que a mídia foi amordaçada e as instituições independentes foram abolidas, é fácil para os governantes liberais fazer a transição do populismo para a ditadura. (MOUNK, 2019, p. 53).

Ou seja, a voz do povo só se demonstra interessante para o populista enquanto essa puder ser canalizada para deslegitimar as instituições independentes e abrir caminho para um poder ainda mais concentrado nas mãos do líder populista. Uma vez passada essa fase, até mesmo o caráter democrático acaba sendo abandonado, exercendo o líder diretamente o poder de forma autoritária e, para usar os termos empregados por Mounk, iliberal.

Além disso, o “povo”, para o populista, não é exatamente toda a população local, e sim a parcela da população que comunga com seus ideais políticos, como explica Mounk:

O apelo ao povo é tão importante pra quem ele exclui quanto para quem ele inclui. Quando os populistas invocam o povo, estão postulando um grupo interno - unido em torno de etnicidade, religião, classe social ou convicção política compartilhada - contra um grupo externo cujos interesses podem ser justificadamente negligenciados. Em outras palavras, estão demarcando as fronteiras do *demos*, defendendo, de modo implícito, que a consideração política é devida a alguns cidadãos mas não a outros. Estão, nas palavras precisas de Jan-Werner Müller reivindicando um “monopólio moral da representação” (MOUNK, 2019, p. 62).

No caso de Jair Messias Bolsonaro, ao analisar seu discurso, podemos notar claramente a distinção entre o grupo interno considerado o “verdadeiro povo” - denominados “cidadãos de bem” - e o grupo externo que deve ser rechaçado, neste caso, os “esquerdistas” ou “petistas” (BARBOSA, 2018).

Aliás, Bolsonaro é citado na própria obra de Mounk:

Durante a campanha, Jair Bolsonaro demonstrou claramente suas semelhanças com Trump e Orbán. Como eles, Bolsonaro se pintou como o único representante verdadeiro do povo e chamou seus adversários de traidores ilegítimos; e, também como eles, atacou as

regras e normas mais básicas das instituições do país - chegando a ponto de elogiar a ditadura militar que dominou o país por duas cruéis décadas (MOUNK, 2019, p. 10).

Dessa forma, é possível traçar um paralelo entre a teoria democrática iliberal e a prática política experienciada em nosso país durante o mandato do Presidente Jair Messias Bolsonaro, cabendo agora discorrer sobre o surgimento dessa tendência política e sua relação com a Educação.

1.3 Democracia iliberal no Brasil: Possíveis origens e desdobramentos

Para entender o contexto político que levou ao poder um líder populista amparado por ideários de extrema direita, e, conseqüentemente, o surgimento de um sistema de características democráticas iliberais em nosso país, conforme visto anteriormente, é necessário revisitar o passado recente da política Brasileira, pois, conforme a análise política do jornalista Rodrigo Vizeu, o ano de 2013 pode ser definido como o ano no qual começa o presente.

As Jornadas de Junho de 2013 datam uma significativa mudança na tessitura política e da percepção popular acerca da manutenção do poder. Mudança essa intensificada por uma crise econômica emergente, que teve como pontapé inicial a revolta com o aumento de R\$ 0,20 (vinte centavos na passagem de ônibus. O protesto - que em pouco tempo ganhou ares de revolta com a política econômica - originou-se em São Paulo e tomou as ruas das principais capitais brasileiras. Os protestos, que começaram com questionamento de um valor de pequena monta foram se tornando cada vez mais volumosos e ganhando diversas outras pautas, como a corrupção e a descrença política, que alinhou temas ligados à crise econômica, daí a expressão “não é só pelos vinte centavos”.

A antropóloga Rosana Pinheiro-Machado, em sua obra “Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas para sair da crise atual” (2019), evidencia a percepção popular dos protestos de rua, marcado por frases como “o gigante acordou”, e revelando um sistema de vivacidade política. Segundo Machado (2019, p. 25), houve, em 2013, “ao mesmo tempo, cisão e coesão da ordem social e política”. A autora ainda vai além, elencando amplo processo de inclusão social e financeira via consumo, por meio do surgimento de um novo padrão de cidadão e uma geração fruto de políticas públicas de inclusão que se tornou

revoltosa com o *establishment* de um partido político que estava na manutenção do poder há uma década, ainda que de forma democrática. Para Machado (2019, p. 33), os protestos ficaram conhecidos como jornadas pois foram um processo que não começou e nem terminou em um dia.

Após as manifestações populares de 2013, o ano seguinte veio marcado por protestos pós-impeachment e descrença política, tendo a operação Lava Jato alcançando seu ápice e ocupando todas as manchetes jornalísticas, como um reflexo de interesses de elites econômicas e políticas. Machado (2019, p. 29) define como elemento central de tais protestos a insubordinação das camadas populares, “que cada vez mais tinham acesso a aspectos e ambientes da vida econômica e social que lhes eram negados antes”.

Ainda segundo Machado:

As Jornadas de Junho foram as maiores marchas da história do país. Com variações locais, as multidões reivindicavam melhores bens públicos e se colocavam contra os abusos corporativos e a violência de Estado praticada em função da Copa do Mundo que aconteceria em 2014. Os protestos, em última instância, eram por mais democracia e contra o neoliberalismo. (MACHADO, 2019. p. 30.)

Para muitos autores, a questão econômica emerge como fator primordial para que seja possível entender a dimensão de tais manifestações. Um exemplo de indignação econômica, que impulsiona a insatisfação causada pelo Movimento Passe Livre, é o cenário de indignação com gastos para megaeventos e a realização da Copa das Confederações em território brasileiro. Manchetes como “Governos gastam R\$ 15,8 mi por jogo da Copa das Confederações” e “Brasileiros tomam as ruas do país contra corrupção, gastos públicos na Copa das Confederações e por transporte” tomavam conta do noticiário e eram reflexo de uma insatisfação que se alimentava cada vez mais de combustíveis econômicos. Fato é que o colapso econômico, sentido primeiramente por grandes setores da economia, abriu margem para que grandes protestos ocorressem, conforme preceitua Machado:

O colapso econômico ajudou a impulsionar a explosão de ocupações e protestos em massa no mundo todo. Muito se fala do crescimento do populismo autoritário em escala global, e não poderia ser diferente: é estarrecedor constatar que alguns fantasmas, que pareciam ter sido varridos da história, tenham voltado a assombrar. É bastante comum ouvir interpretações que sugerem que a ascensão da extrema-direita é decorrência direta dessas manifestações, acusadas de não ter foco. (MACHADO, 2019. p. 15).

A nova matriz econômica, pautada no combate a desigualdade social, manutenção e geração de empregos e avanço dos programas sociais, implantada

após a crise mundial de 2008, foi tida por alguns autores como um abandono da tradicional política macroeconômica do tripé, composta por constituído por austeridade fiscal, câmbio flutuante e metas de inflação. Com a necessidade de recuada do governo em razão da grave crise, este deixou de priorizar o aspecto social presente no seu modelo econômico para atender as necessidades e alardes do mercado financeiro, que recusa a intervenção no câmbio, e também que promove empecilhos para a manutenção do tripé clássico. E nesse contexto, surgem as Jornadas de Junho como a busca pela qualidade de vida por meio da ampliação dos gastos governamentais com programas voltados para a questão social, em choque com o endividamento público, os juros externos e os escândalos de corrupção.

De acordo com o cientista social Giani:

Chocam-se as vertentes do pensamento econômico que, de um lado, defendem uma teoria ortodoxa do tripé, e, de outro, as que travam um combate contra a ortodoxia e propõem a ampliação dos gastos sociais, aos quais deve ser destinado o superávit primário, e, até mesmo, a suspensão da dívida pública. São choques que expressam antagonismos de classes sociais que, por sua vez, são catalisados pelos partidos políticos, sindicatos e movimentos sociais, como as “jornadas de junho”. (GIANI, Tripé da economia e políticas sociais, na conjuntura das “jornadas de junho” (2013-2014), p. 12).

Ampliando a discussão política, é necessário abordar o papel da direita política brasileira, que ganhou notoriedade através da frase “liberal na economia e conservadora nos costumes”, amplamente difundida na última década. Alguns historiadores afirmam que é a volta da direita às ruas desde a Marcha da Família com Deus pela Liberdade (1964), que viu nos protestos sociais de junho de 2013 uma forma de expressar sua insatisfação política com um partido de esquerda que estava no controle político desde 2002. Esse discurso de repúdio às instituições e crise da representatividade, ancoradas pela corrupção e descrédito aos partidos que compunham a cena política foram motivo de apoio por parte da mídia. A mídia alternativa e as redes sociais deram muita força para a difusão de ideários e aglutinação política, onde é possível verificar uma aproximação e familiarização de setores da direita com as redes sociais. Um exemplo, são os grupos da rede social *Facebook*, essenciais para a convocação para as manifestações e para dar a cara e aspectos ideológicos da direita, por meio de adesões massivas, que aos poucos foram ganhando espaço e notoriedade na frente por esses movimentos que começaram por reivindicações sociais.

Acerca do uso das redes sociais pela direita, é possível citar o papel do

“guru” desse setor político, angariado como inspiração por Jair Bolsonaro e outros nomes da direita e extrema-direita no país, como MBL e o movimento Vem pra Rua, como um precursor da mídia alternativa. Nesse sentido, Machado e Miskolci, em seu artigo que trata do papel das redes sociais nas Jornadas de Junho, afirmam que:

Os protestos de 2013 podem ser tomados como o ponto de inflexão histórico a partir do qual disputas políticas passaram a se dar dentro de uma retórica antipartidária, que aos poucos foi se aproximando de uma gramática moral que alimentaria uma cruzada “saneadora” contra a corrupção. Uma rede de websites de perfil político conservador emergiu angariando um número considerável de seguidores nas redes sociais que repercutiam suas notícias – incluído o que hoje é chamado de fake news – levando-os às ruas – o que até então era muito mais frequente por parte de grupos progressistas, como demonstrado, por exemplo, pela Marcha da Maconha, pela Marcha das Vadias, pelo Movimento do Passe Livre etc. (MACHADO e MISKOLCI, Das Jornadas de Junho à cruzada moral: o papel das redes sociais na polarização política brasileira, 2019, p. 10).

O ano de 2014 foi marcado como o avanço na extrema-direita no Brasil, com deputados de partidos como o PRB (Partido Republicano Brasileiro) e PSC (Partido Social Cristão), além de outros partidos de direita liderando a votação para ocupar o Congresso Nacional. Um ponto de semelhanças entre eles é o discurso de ofensa às minorias e grupos perseguidos, como por exemplo grupos LGBTQIA+, quilombolas e indígenas, mulheres e negros, além de grupos da esquerda, genericamente rotulados como “comunistas” e “socialistas”, na tentativa de provocar o esvaziamento de termos. Os vetores da mídia alternativa ganharam tanta visibilidade, que começaram a ocupar espaços na mídia tradicional, fortalecendo a retórica de extrema-direita e auxiliando na eleição de tais políticos.

Machado (2019, p. 50) cita o racismo e o ódio contra jovens da periferia no episódio dos “Rolêzinhos”, em 2014. Como plano de fundo, a maior parte dessa direita que possuía voz nas redes, defendia massivamente o uso da força policial.

O conceito de direita começou a mudar a partir de 2014, e o sentimento envolvendo o termo também. Aos poucos, o verde e amarelo da bandeira do Brasil foram usurpados por um grupo político e até então apartidário e sem um líder claro, status quo que não permaneceria por muito tempo. A bancada eleita no Congresso Nacional foi a mais conservadora desde então, e a recondução da presidente Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores, permaneceu incerta ao longo da campanha, mas se concretizou ainda que com uma margem apertada, de 51, 64% dos votos, diferença de 3,21 pontos percentuais a eleição mais acirrada desde então.

Como reflexo da guinada do país à extrema-direita, houve um efeito significativo já sinalizado pelo dado acima: um país dividido e polarizado que culminou no impeachment da primeira presidente mulher da história do país. Essa polarização mexeu com a tessitura social de um país que viu a política do “azul x vermelho” impactando suas relações pessoais e até mesmo familiares, promovendo um antagonismo político que abriu feridas relacionadas ao conservadorismo e ao progressismo nos costumes e deu voz a muitos preconceitos antes silenciados, que começaram a ecoar na multidão raivosa do meio digital, em princípio. Machado (2019, p. 38) classifica o Movimento Brasil Livre e o Vem pra Rua como catalisadores do clamor social pelo impeachment, através das redes, pela qual conseguiu atrair uma juventude apartada da discussão política para o seu campo ideológico, apresentando-se como liberais, que viam nos atos pró-impeachment um basta à corrupção.

Portanto, cabe entender as manifestações ocorridas em 2013 e 2014, marcadas pelo grito de guerra “o gigante acordou”, como um movimento que gerou reflexos políticos perceptíveis em esferas macro e micro do contexto político, social e econômico brasileiro, também nas políticas públicas referentes à Educação.

2. Educação: breve histórico e inserção enquanto direito fundamental

Antes de falar da relação entre a educação e o contexto político brasileiro, é necessário fazer alguns apontamentos acerca do histórico da educação e sua inserção no rol dos direitos fundamentais.

Se faz necessário apresentar a dificuldade teórica de se conceituar o termo, haja vista que parcela dos doutrinadores a consideram como desenvolvimento natural do homem. Já a corrente empirista, enxerga a educação como a aquisição do conhecimento através da experiência.

Para tanto, é necessário fazer um recorte histórico, dirigindo-se ao século das luzes. Isso porque a indiferença, o descaso ou até mesmo o temor com a educação do povo remonta essas estruturas. Além disso, esse período não foi caracterizado pela luta contra a ignorância das massas, mas foi relevante para a produção de conteúdo e abriu margem para o embate dialético, gerando reflexões e diálogos relevantes para a história da educação brasileira até o século XX, influenciando o modelo de educação adotado pelo país. Isso porque o sistema educacional brasileiro tem como base os princípios de liberdade e os ideais de

solidariedade humana que remontam o iluminismo, além de sempre ter uma característica dual em relação ao seu acesso, haja vista que para as classes menos favorecidas, predominava-se a educação elementar e vocacional, restando o ensino superior às classes mais abastadas.

A Constituição de 1934, por outro lado, refletiu os ideários de autores progressistas no ramo da educação, caracterizando, por exemplo, a luta por uma escola universal, livre e compulsória. Porém, tais ideários perderam força com o Estado Novo e a Constituição de 1937.

Em 1964, com o golpe de Estado, os interesses militares se tornam intimamente ligados a grupos econômicos de poder, como grupos empresariais e políticos, em sua maioria, norte-americanos. Houve, também, uma centralização do poder nas mãos de setores que comungavam em grande parte com todo o ideário do governo em questão. Segundo Marçal Ribeiro (1993, p. 18), a área educacional sofre grande impacto dos problemas políticos e econômicos, a começar pelo ensino superior, haja vista a crescente procura por vagas no ensino superior, devido a fatores econômicos. Segundo o autor, isso se deve ao fato de:

A classe média percebera que a Educação era o único caminho que lhe asseguraria a ascensão social, pois se antes ela conseguia desenvolver e manter pequenos estabelecimentos através da poupança-investimento-poupança, agora, com a chegada das grandes empresas multinacionais e as dificuldades de investimentos, assumir cargos administrativos empresariais era forma de ascensão social e financeira. O sistema educacional, porém, não acompanhou a mudança econômica: a classe média vai à procura do ensino superior, passa nos exames, tem direito à matrícula, mas não existe a vaga. A classe operária passa a exigir o ensino elementar médio para seus filhos, pois o mercado de trabalho solicitava pessoal mais qualificado (MARÇAL RIBEIRO, 1993, p. 18).

Aliado a isso, a modernização do país, aliada aos cursos técnicos e profissionalizantes presentes até hoje como reflexo do Novo Ensino Médio, apresentavam questões pertinentes:

O país passava por uma modernização, pois adotava como modelo um país desenvolvido, no caso os Estados Unidos, e importava tecnologia, muitas vezes superada, mas não se apossava do "know how", o que tornou o Brasil mais dependente do que já era. A lei 5692/71 tinha como principal preocupação a profissionalização. Seu objetivo era dar ao nível médio, uma terminalidade profissional, de modo a atenuar as pressões exercidas pelos estudantes que não conseguiam ser aprovados nos vestibulares. Os que precisassem trabalhar abandonariam as escolas ao concluir o secundário, já que possuíam uma especialização e poderiam enfrentar o mercado de trabalho (MARÇAL RIBEIRO, 1993, p. 20).

A educação pode ser entendida como um direito fundamental, de forma explícita no artigo 6º e 205 da Constituição Federal de 1988. Segundo o artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96), a educação:

“abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”. (Lei de Diretrizes e Bases da Educação, art. 1º).

Entende-se, portanto, como um trabalho conjunto de diferentes entes para a construção da aprendizagem de um coletivo de pessoas. Portanto, permitir e garantir seu acesso deve ser uma preocupação de diferentes setores da sociedade civil e política, tendo em vista os grandes problemas enfrentados, como: evasão escolar, os índices de aprendizagem através de provas nacionais e internacionais, dificuldade de inserção das classes mais pobres no ensino superior e até mesmo saber gerir de forma adequada a profissionalização do ensino médio para que esse modelo não se perpetue como apenas mais uma forma de perpetuação do *status quo*, onde as classes menos favorecidas têm acesso a um leque restrito de oportunidades de trabalho.

Fazendo um recorte histórico, desde a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, na França em 1789, já havia uma preocupação com o acesso à educação e sobre a necessidade de incluí-la como um direito a ser pacificado, com a frase em seu preâmbulo: “que a ignorância, o esquecimento e o desprezo pelos direitos humanos são as únicas causas dos males públicos e da corrupção dos Governos”.

A concepção de educação enquanto direito fundamental no Brasil, extraído da própria Constituição, se associa a ideia de um direito de igual acesso a todos os cidadãos, sendo urgente o acesso ao conhecimento básico e capacitações, que devem ser oferecidas de forma regular e organizada. Tavares (2014, p. 311) pontua que no artigo 210, no qual a Constituição admite que sejam estabelecidos conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais e no artigo 214, V que determina a promoção humanística, científica e tecnológica, no sentido de que o Estado deve articular essas realizações com o ensino, a fim de promover um claro “resgate a Constituição o necessário humanismo na cultura jurídica da América Latina”.

O autor ainda acrescenta que:

Assim, é possível falar numa dimensão não-prestacional do direito à educação, consistente no direito de escolha, livre, sem interferências do Estado, quanto à orientação educacional, conteúdos materiais e opções ideológicas. Nesse sentido, o Estado cumpre e respeita o direito à educação quando deixa de intervir de maneira imperial ditando orientações específicas sobre a educação, como “versões oficiais da História” impostas como únicas admissíveis e verdadeiras, ou com orientações políticas, econômicas ou filosóficas. Também cumpre a referida dimensão deste direito quando admite a pluralidade de conteúdos (não veta determinadas obras ou autores, por questões ideológicas, políticas ou morais). (TAVARES, 2014, p. 312).

Há, portanto, um sistema jurídico-constitucional no Brasil que visa assegurar um sistema de garantias básicas, acrescentando Caggiano:

E mais até, no mundo atual, o direito à educação comparece nas suas duas facetas (de primeira e segunda dimensão ou geração), enquadrado como uma realidade social e individual. Com efeito, insuflado e robustecido pelos caracteres de índole coletiva, extraídos das duas últimas gerações de direitos, vislumbra-se o direito à educação com conteúdo multifacetado, envolvendo não apenas o direito à instrução como um processo de desenvolvimento individual, mas, também o direito a uma política educacional, ou seja, a um conjunto de intervenções juridicamente organizadas e executadas em termos de um processo de formação da sociedade, visando oferecer aos integrantes da comunidade social instrumentos a alcançar os seus fins. (CAGGIANO, 2009, p. 23)

Um dos grandes nomes do estudo da educação no Brasil é Paulo Freire, reconhecido mundialmente pela sua práxis educativa através de numerosas homenagens, nasceu em 19 de setembro de 1921, em Recife, Pernambuco, na época, uma das regiões mais pobres do país, onde logo cedo pôde experimentar as dificuldades de sobrevivência das classes populares.

Em sua obra *Pedagogia do Oprimido*, Freire (2013) propõe uma reflexão acerca da educação enquanto prática da liberdade no sentido de trabalhar a pedagogia e a educação, por seu modelo e conteúdo programático como reflexo das classes dominantes. Segundo Freire (2013, p. 15), a verdade do opressor reside na dominação do oprimido. Costa, Melo e Costa pontuam que o autor, nessa obra, pode ser lido como:

Paulo Freire, a educação sempre foi um instrumento fundamental para transformar o sujeito ingênuo em sujeito ativo e crítico na sociedade, inclusive, esse foi o objetivo ao criar o “método de alfabetização ativo, dialogal, crítico e ‘criticizador’”. Mas seria um erro pensar em Paulo Freire apenas sob a égide desse olhar de “criador de um método de alfabetização diferenciado”, ou seja, pensar assim seria diminuí-lo. (COSTA, MELO E COSTA, 2021, p. 2360).

Portanto, conclui-se que o método de Paulo Freire encontra adequação no ideário de educação previsto na Constituição Federal, haja vista o importante diálogo que o torna um método de cultura popular que conscientiza e politiza. Retrata o ideário de homem crítico enquanto direito de todos e da necessidade de romper com a opressão dos modelos educacionais historicamente vistos no Brasil, inserindo toda a comunidade no processo educacional enquanto escritores da própria história e da história de um país.

3. Governo Bolsonaro e sua atuação no setor educacional

Partindo para uma análise do contexto político, o governo Bolsonaro, cujo mandato se concretizou nos anos 2019 a 2022, foi palco de inúmeras polêmicas, em especial na seara social, que culminou em questionamentos na esfera política e econômica.

A atuação do governo no que tange à educação como um todo sofreu duras críticas, principalmente envolvendo o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e as universidades públicas de nosso país.

Já no primeiro ano de governo, o governo anunciou diversos cortes de verbas nas universidades públicas e nas bolsas de pesquisa de pós-graduação. Inclusive, o então presidente Jair Bolsonaro chegou a anunciar, neste mesmo ano, que o MEC estaria estudando cortes de investimentos específicos para faculdades de ciências humanas (G1, 2019).

Nesta ocasião, em seu pronunciamento, o então presidente afirmou ser necessário focar em áreas que gerem “retorno imediato ao contribuinte”, e que caberia ao governo ensinar os jovens a ler, escrever, fazer contas matemáticas e obter um ofício que gere renda (G1, 2019).

Dessa forma, nota-se, em seu discurso, a visão que Jair Bolsonaro possuía em relação à educação como um todo. É possível extrair dessa conduta e de outras atitudes governamentais adotadas, algumas das quais ainda serão comentadas a seguir, que o plano governamental era tão somente voltado à educação profissionalizante produtora de mão-de-obra.

Reforça esse argumento o fato de que, também em 2019, o governo federal realizou um corte generalizado em bolsas de pesquisas em todo o país, fornecidas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)

(PINHO, SALDAÑA e GENTILE, 2019). Destaca-se que o MEC, no ano em questão, chegou a definir contingenciamento de R\$ 5,8 bilhões para a Educação, sendo a pasta que mais sofreu contingenciamentos em termos absolutos (ROSSI, 2019). Soma-se a isso a fala do então Ministro da Educação Abraham Weintraub, que alegou que as universidades que estivessem fazendo “balbúrdia” teriam suas verbas reduzidas (AGOSTINI, 2019). O verdadeiro significado da expressão utilizada pelo então Ministro é vago, mas, pelo contexto geral aqui analisado, nota-se uma tendência clara a desincentivar qualquer tipo de desenvolvimento acadêmico e educacional que possa atentar contra a base ideológica do governo.

Além disso, não foi somente a educação de nível superior que sofreu cortes de orçamento, sendo que valores que seriam repassados para a educação básica também foram congelados pelo MEC naquele ano. (ESTADO DE MINAS, 2019).

É através da análise destes dados que se faz possível visualizar os impactos e o legado do projeto neoliberal bolsonarista na educação brasileira, caracterizando um projeto de desmonte das estruturas fundantes da educação. TAFFAREL E NEVES (2019), promoveram uma análise da política educacional nos primeiros 100 dias de governo, já verificando que durante esse período a educação brasileira era entendida como um serviço a cargo do setor privado, e não como um direito e responsabilidade do Estado Brasileiro. A esse ideário soma-se o incentivo ao *homeschooling* enquanto frente do governo, mesmo sendo uma modalidade que atenderia apenas 0,04% dos estudantes brasileiros.

Tendo em vista os casos supracitados, é possível traçar um paralelo entre a teoria visitada anteriormente a respeito das características de um regime democrático iliberal e as políticas governamentais do governo federal no que tange à educação.

Conforme visto anteriormente, é característica de um regime democrático iliberal o apelo a respostas simples e rápidas para problemas políticos complexos, além da atribuição de culpa a terceiros.

Para Mounk, foi esse tipo de discurso que influenciou, por exemplo, a vitória de Trump sobre Clinton nas eleições presidenciais dos Estados Unidos da América em 2016:

[...] milhões de eleitores viram a simplicidade das propostas de Trump como uma marca de sua autenticidade e de determinação, e a complexidade das propostas de Clinton como uma marca de sua insinceridade e indiferença (MOUNK, 2019, p. 57).

Ainda citando Mounk, as soluções simplistas são peças-chaves de um discurso democrata iliberal, ou populista, conforme o trecho a seguir:

É precisamente por isso que soluções fáceis, superficiais, ocupam o coração do apelo populista. Os eleitores não gostam de pensar que o mundo é complicado. Sem dúvida não gostam de escutar que não há resposta imediata para seus problemas. Diante de políticos que parecem cada vez menos capazes de governar um mundo cada vez mais complexo, muitos estão propensos cada vez mais a votar em quem promete soluções simples. É por isso que populistas – Narendra Modi, na Índia, Recep Tayip Erdogan, na Turquia, Viktor Orbán, na Hungria, Jaroslaw Kaczynski, na Polônia, Marine Le Pen, na França, Beppe Grillo, na Itália – soam surpreendentemente parecidos entre si, a despeito de suas consideráveis diferenças ideológicas. (MOUNK, 2019, p. 57).

Dessa forma, conforme retratado pelos dados compilados nesta pesquisa, evidencia-se um desmonte e comprometimento da política governamental afeta ao direito à educação. Tal retrato se amolda devidamente com o propósito de utilização de uma ferramenta para fazer com que tais estratégias tenham maior apelo à população nacional, destacando aqui principalmente o ataque generalizado às ciências humanas.

Quanto menor o acesso à informação e à educação, maior a probabilidade de convencimento através de um discurso simplificado e objetivo, que distorce os reais problemas de um Estado e, conforme a teoria formulada por Mounk (2019), acaba por terceirizar a culpa às instituições liberais e ao próprio sistema democrático.

Em 2018, Jair Bolsonaro chegou a criticar abertamente “jovens com senso crítico”, retórica que fortalece o argumento acima apresentado, demonstrando claramente o desprezo pela Educação, justamente pelo potencial desta de despertar senso crítico e dificultar manipulações eleitorais simplistas, ou seja, colocando barreiras para a realização de estratégias típicas de líderes populistas associados ao sistema democrático iliberal (REZENDE, 2018).

4. Conclusão

Diante de todo o exposto, tendo em vista as características teóricas elencadas pela teoria de Mounk, e também a vivência político-institucional do Estado brasileiro durante o mandato do então presidente Jair Messias Bolsonaro, nota-se a existência de elementos democráticos iliberais em nosso país durante tal período. Entre estes, destaca-se o ataque à Educação como um todo, haja vista que esta se

apresenta como um dos maiores obstáculos para a concretização de ideais como a terceirização de culpa e a banalização ou simplificação da política.

No tocante ao cenário educacional, há uma clara banalização do pensamento crítico-liberal, a exemplo da teoria de Paulo Freire, que em sua obra *Pedagogia da Autonomia*, incentiva esse tipo de pensamento como forma de se obter a independência institucional e crítica em relação ao sistema político, fato este que é exatamente o oposto do desejado por líderes populistas democráticos iliberais, haja vista que o intuito desses líderes, entre os quais se figura Jair Messias Bolsonaro, é a criação de um discurso único que promova a manutenção do poder e que estimule sua base eleitoral já cooptada.

Além disso, analisando o contexto histórico já debatido, as Jornadas de Junho mudaram profundamente a tessitura social brasileira deixando o clima político propício para a ascensão de líderes iliberais, tendo em vista a descrença na política e no sistema institucional brasileiro devido aos escândalos de corrupção e à crise econômica incontrolável por parte do então Governo Dilma Rousseff.

Com o fim do Governo Bolsonaro e a eleição, para seu terceiro mandato, de Luiz Inácio Lula da Silva, é necessário analisar se as mudanças de tendências prometidas durante a campanha eleitoral vão se concretizar, restabelecendo um cenário educacional que priorize a autonomia do pensamento crítico e respeite a complexidade e a relevância das discussões públicas à respeito de temas políticos diversos, além de que incentive o diálogo interno com especialistas em Educação e também o diálogo internacional.

Dessa forma, assim como se defende uma maior participação no debate educacional, é necessário que, para alcançar tal objetivo, os meios sejam discutidos de forma ampla, e é essa discussão que esse trabalho visou alcançar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTINI, Renata. MEC cortará verba de universidade por ‘balbúrdia’ e já enquadra UNB, UFF e UFBA. **Estadão**, 2019. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/educacao/mec-cortara-verba-de-universidade-por-balburdia-e-ja-mira-unb-uff-e-ufba/>. Acesso em: 23 de out. de 2022.

AVENDAÑO, Tom C., Bolsonaro: ameaça radical que pode chegar à presidência do Brasil. **El País**, 2018. Disponível em:

https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/28/actualidad/1538153452_095290.html. Acesso em: 01 de nov. de 2022.

BARBOSA, Renan. “Fuzilar a petralhada”: irresponsável, mas não crime. **Gazeta do Povo**, 2018. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/justica/fuzilar-a-petralhada-irresponsavel-mas-nao-crime-8osdm1wkpa5m8xz3o6bkox51y/>. Acesso em: 28 de out. de 2022.

CAGGIANO, M. H. S. A educação: direito fundamental. In: RANIERI, Nina. **Direito à Educação**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. 288 p.

COSTA, Juliana Cristina; MELO, André Luis de Andrade; COSTA, Valdirene Pereira. Paulo Freire, o Direito à Educação como prática emancipatória e a Identidade da Educação Infantil. **Filosofia e Educação**, Campinas, v. 13, n. 2, p. 2357-2384, 2021.

DUARTE, Clarice Seixas. A educação como um direito fundamental de natureza social. **Educação e Sociologia**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 691-713, 2007.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015. 143 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011. 102 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013. 234 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013. 201 p.

GIANI, Luiz. Tripé da economia e políticas sociais, na conjuntura das “jornadas de junho” (2013-2014). **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, ano XIV, n. 163, p. 1-20, 2014.

GÖTTEMS, Claudinei. Direito fundamental à Educação. **Argumenta - UENP**, Jacarezinho, n. 16, p. 43-62, 2012.

MACHADO, Jorge; MISKOLCI, Richard. Das jornadas de Junho à cruzada moral: o papel das redes sociais na polarização política brasileira. **Revista Sociologia e Antropologia**, Rio de Janeiro, p. 945-970, 2019.

MARÇAL RIBEIRO, Paulo Rennes. História da Educação escolar no Brasil: notas para uma reflexão. **Paidéia**, Ribeirão Preto, n. 4, p. 15-30, 1993.

MATTOS, Rodrigo. Governos gastam R\$ 15,8 mi por jogo da Copa das Confederações. **UOL**, São Paulo, p. 1-2, 10 jun. 2013. Disponível em:

<https://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2013/06/10/governos-gastam-r-158-milhoes-por-jogo-da-copa-das-confederacoes.htm>. Acesso em: 6 out. 2022.

MEC contraria discurso e congela verba da educação básica, além das faculdades. **Estado de Minas**, 2019. Disponível em:

https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2019/05/04/interna_nacional,1051153/mec-contraria-discurso-e-congela-verba-da-educacao-basica-alem-das-fa.shtml. Acesso em: 25 de out. de 2022.

MEC estuda corte de investimentos nas faculdades de ciências humanas. **G1**, 2019.

Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/04/26/mec-estuda-corte-de-investimentos-nas-faculdades-de-ciencias-humanas.ghtml>. Acesso em: 16 de out. de 2022.

MOUNK , Yascha. **O povo contra a democracia**: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

NASCIMENTO, Luciano. Brasileiros tomam as ruas do país contra corrupção, gastos públicos na Copa das Confederações e por mobilidade urbana. **Agência Brasil**, Brasília, p. 1-2, 17 jun. 2013. Disponível em: <https://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-06-17/brasileiros-tomam-ruas-do-pais-contr-a-corrupcao-gastos-publicos-na-copa-das-confederacoes-e-por-mobil>. Acesso em: 11 out. 2022.

PASSADO A QUENTE: 2013, quando começa a presente. Apresentador: Rodrigo Vizeu:

Original Spotify, Agosto 2022. Podcast. Disponível em:

<https://open.spotify.com/episode/3zufNphL5SHpkN9iheI3Hd?si=9939622c0f314edf>

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **Amanhã vai ser maior**: o que aconteceu com o Brasil e as possíveis rotas de fuga para a crise atual. 1. ed. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019. 192 p.

PINHO, Angela et al. Gestão Bolsonaro faz corte generalizado em bolsas de pesquisa no país. **Folha de S. Paulo**, 2019. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/05/gestao-bolsonaro-faz-corte-generalizado-em-bolsas-de-pesquisa-pelo-pais.shtml>. Acesso em: 15 de out. de 2022.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Orientação Para Elaboração de Trabalhos Técnicos Científicos: projeto de pesquisa, teses, dissertações, monografias, relatórios entre outros trabalhos acadêmicos, conforme a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), 2016. Disponível em:

http://portal.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_dsc_nome_arq20160217102425.pdf
Acesso em: 27 mai. de 2022.

RAMOS, André de Carvalho. **Curso de Direitos Humanos**. São Paulo: Saraiva, 2014. 630 p.

REZENDE, Lucas. Ninguém quer saber de jovem com senso crítico, diz Bolsonaro em Vitória. **Folha de S. Paulo**, 2018. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/07/ninguem-quer-saber-de-jovem-com-senso-critico-diz-bolsonaro-em-vitoria.shtml?utm_source=twitter&utm_medium=social&utm_campaign=twfolha. Acesso em: 26 de out. de 2022.

ROSSI, Marina. Corte ou contingenciamento, quem está certo na guerra de narrativas da educação?. **El País**, 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/31/politica/1559334689_188552.html, Acesso em: 10 de out. de 2022.

TAFFAREL, Celi Nelza Zülke; NEVES, Márcia Luzia Cardoso. Tendências da educação frente a correlação de forças na luta de classes: uma análise do governo Bolsonaro na perspectiva educacional. *Estudos IAT*, Salvador, v. 4, n. 2, p. 310-329, 2019.